

Recomendação sobre mobilidade

Os dados recentemente publicados pelo INE no Inquérito à Mobilidade (IMOB) na Área Metropolitana do Porto confirmam que o transporte individual por automóvel é o principal modo de deslocação dos residentes no concelho (mais de 65%), sendo que o transporte público e/ou colectivo é de 13%. A deslocação por bicicleta representa apenas 0,2%. E quase 34% dos agregados residentes no município têm uma despesa média mensal com combustível superior a 100 euros.

Outros dados significativos são os que colocam o município de Valongo com uma taxa de deslocações a pé superior a 19%. O estacionamento significa uma despesa habitual para 25% da população com veículos residente no município.

Estes e outros dados do INE refletem a degradação do transporte público levada a cabo pelos anteriores governos que nos seus mandatos desenvolveram políticas que levaram ao desinvestimento em transportes públicos que por sua vez aumentaram o uso de transporte individual, com o consequente aumento de poluição, e entraves à mobilidade (engarrafamentos, estacionamento em segunda fila, etc) e mostram a necessidade e urgência na tomada de medidas pelo município com vista a aumentar significativamente a utilização do transporte colectivo e a diminuir o uso excessivo do automóvel, não apenas para restituir o espaço público às pessoas, mas também como contributo indispensável para a diminuição das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) e para a adaptação/mitigação das alterações climáticas.

Nesse sentido, no Orçamento do Estado para 2019 foi criado um Programa de Apoio à Redução Tarifária no conjunto do país (PART), com uma dotação global de 104 milhões de euros, a atribuir às Autoridades de Transporte das Áreas Metropolitanas e das Comunidades InterMunicipais.

A concretização do passe único metropolitano em 2019 com o preço máximo de 40 euros (e do passe familiar com um valor máximo de 80 euros), bem como o transporte gratuito para crianças serão certamente as medidas com maior impacto na enorme mudança a concretizar quanto à utilização do transporte colectivo de passageiros.

Mas a resposta ao problema da mobilidade não pode ficar apenas pelo passe único, sendo também fundamental ter um conhecimento mais profundo da mobilidade no concelho, para o município poder encontrar as diferentes respostas à situação, tendo em conta, entre outros elementos, os destinos das deslocações da população residente, os horários e os modos de transporte mais adequados.

O município de Valongo, sendo um dos poucos que já possui um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, está em melhores condições de responder às necessidades das populações na área da mobilidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária em 21 de Fevereiro de 2019, desejando contribuir para a promoção e implementação de novas políticas no domínio dos transportes, Recomenda ao Executivo camarário que:

– desenvolva os procedimentos necessários para a concretização de políticas de mobilidade assentes na redução do preço do passe único e na utilização do transporte colectivo de passageiros nos seus diversos modos, formas de mobilidade sustentável e neutralidade carbónica, como ciclovias, assegurando a qualidade dos transportes públicos e uma mobilidade ao serviço das populações

O representante do BE.

